



Relatório de Acompanhamento Fiscal – RAF

Abril de 2022

Relatório completo [aqui](#)

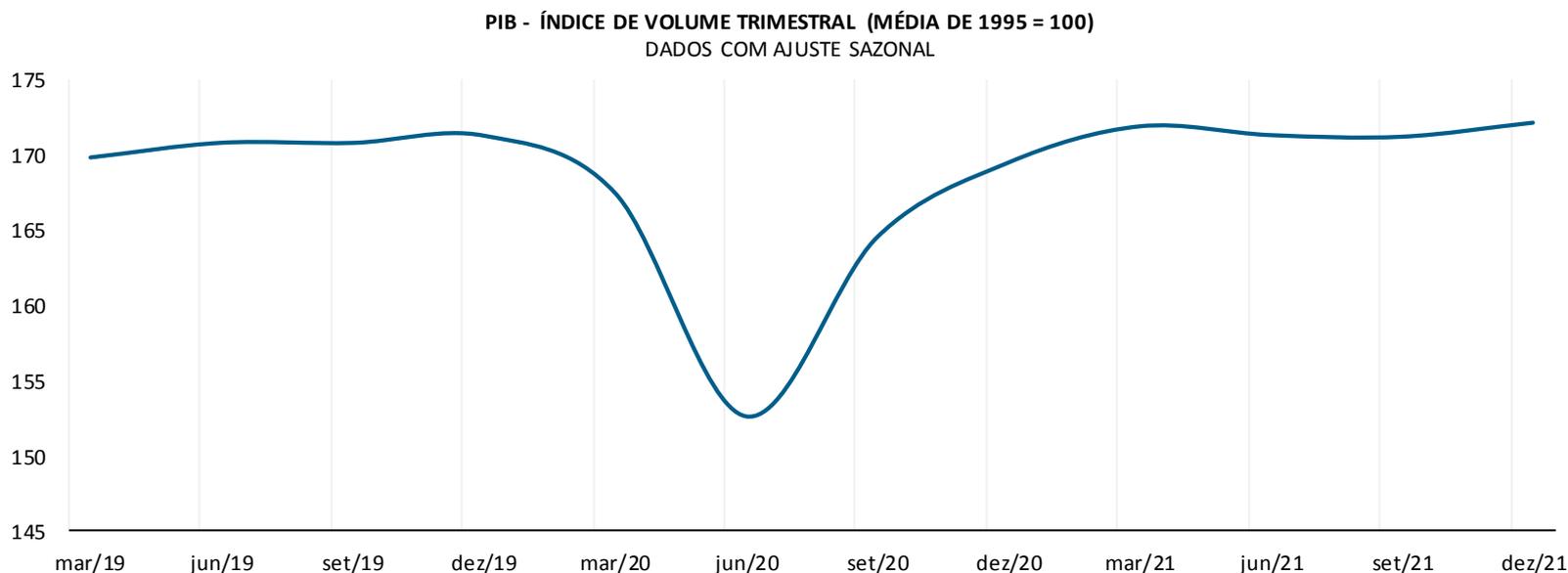
Daniel Couri

Diretor-Executivo da IFI

Brasília, 13 de abril de 2022

- PIB deve apresentar crescimento moderado no primeiro trimestre.
- Expansão de emprego é generalizada, mas predominam contratações nos segmentos informais.
- Renda real do trabalho segue em queda pelo efeito da inflação.
- Choque de preços de commodities intensifica aceleração da inflação ao consumidor.
- Prêmios de risco na curva de juros seguem pressionados pela alta da taxa Selic e pelo elevado risco fiscal.
- De acordo com o Siga Brasil, o deficit primário do governo central foi de R\$ 13,8 bilhões em 12 meses até março.
- Concessões e petróleo fizeram receitas não administradas crescerem 66,3% no acumulado de 2022 até fevereiro.
- Emissões líquidas de títulos da DPMFi ficaram concentradas em papéis remunerados pela Selic.
- Levantamento da IFI indica que as taxas médias de emissão dos títulos da DPMFi seguiram em elevação em março.
- Custo médio do estoque da DPMFi foi 2,1 p.p. superior em fevereiro ante o mesmo mês de 2021.
- Mesmo com as recentes mudanças, a saber, ECs dos precatórios, teto de gastos tem se mostrado restritivo no curto prazo.
- Avaliação das receitas e das despesas do primeiro bimestre indica necessidade de ajuste de R\$ 1,7 bilhão nas despesas discricionárias para o cumprimento do teto de gastos em 2022.
- Projeto de lei do Congresso Nacional prevê alteração na LDO para adaptá-la às novas normas constitucionais.

- Entre o terceiro trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021, a economia brasileira exibiu uma recuperação significativa, mas se acomodou desde então. O Produto Interno Bruto (PIB) divulgado pelo IBGE nas Contas Anuais recuou 0,2% (em média), considerando-se as variações do segundo e do terceiro trimestres de 2021.
- O avanço de 0,5% no último período do ano passado refletiu o dinamismo do setor de serviços e a recuperação parcial da agropecuária, após o impacto expressivo de problemas climáticos sobre algumas safras nos últimos dois trimestres. Os principais indicadores de janeiro mostraram desaceleração da atividade, com destaque à produção industrial, mas há sinais de recuperação nos dados de fevereiro e março.



Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

- Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), a taxa de desemprego atingiu 11,2% da força de trabalho no trimestre encerrado em fevereiro, recuando 3,4 p.p. na comparação com igual período do ano anterior (14,6%). Apesar do ainda elevado contingente de pessoas desocupadas (12,0 milhões), a taxa de desemprego vem recuando continuamente desde julho de 2021, voltando ao nível dos meses que antecederam a pandemia.
- O declínio da taxa de desemprego no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao mesmo período do ano anterior, foi determinado pelo crescimento da população ocupada (9,1%), cujo contingente atingiu 95,2 milhões no trimestre encerrado em fevereiro, acima do patamar de fevereiro de 2020 (pré-pandemia: 94,7 milhões), superando o avanço da força de trabalho (4,9%).

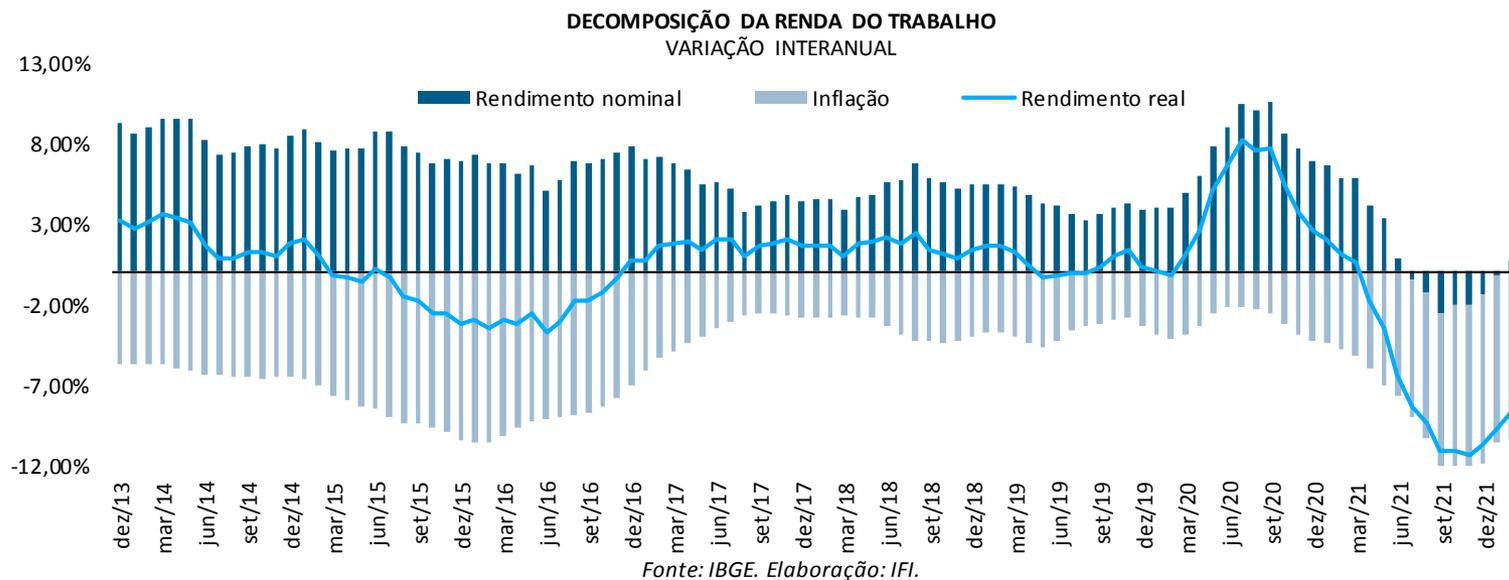
INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO

	Valores			Variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior		
	dez/21	jan/22	fev/22	dez/21	jan/22	fev/22
A - População em idade ativa*	172,3	172,4	172,5	0,9%	0,9%	0,9%
A.1 - População fora da força de trabalho*	64,5	64,9	65,3	-6,5%	-5,7%	-5,0%
A.2 - População na força de trabalho*	107,8	107,5	107,2	6,0%	5,4%	4,9%
A.2.1 - População desocupada*	12,0	12,0	12,0	-16,7%	-18,3%	-19,5%
A.2.2 - População ocupada*	95,7	95,4	95,2	9,8%	9,4%	9,1%
População ocupada no mercado informal*	38,9	38,5	38,3	14,4%	12,8%	12,4%
População ocupada no mercado formal*	56,8	56,9	56,9	6,8%	7,2%	7,0%
Taxa de desemprego (A.2.1/A.2)	11,1%	11,2%	11,2%	-3,0 p.p.	-3,3 p.p.	-3,4 p.p.
Taxa de participação (A.2/A)	62,5%	62,3%	62,2%	3,0 p.p.	2,6 p.p.	2,4 p.p.

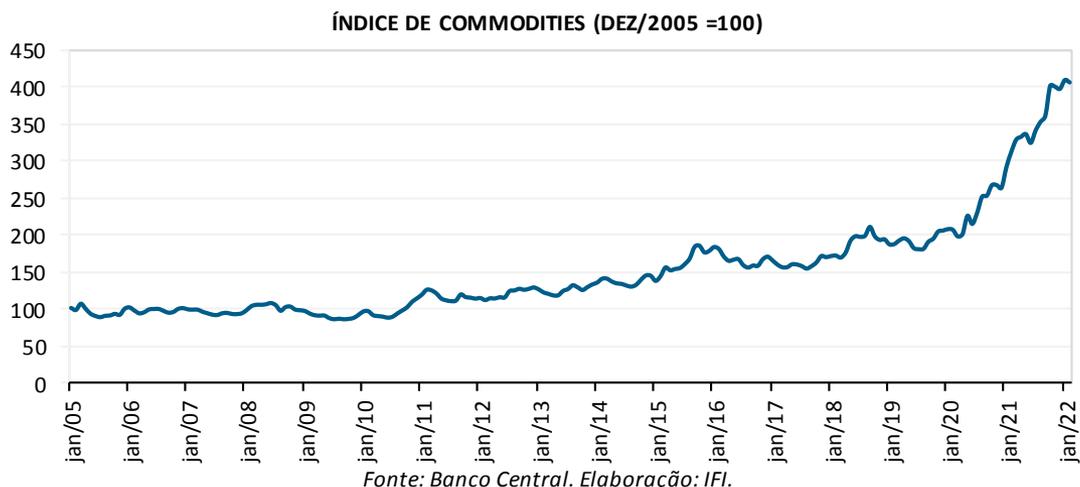
Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

*Milhões de pessoas

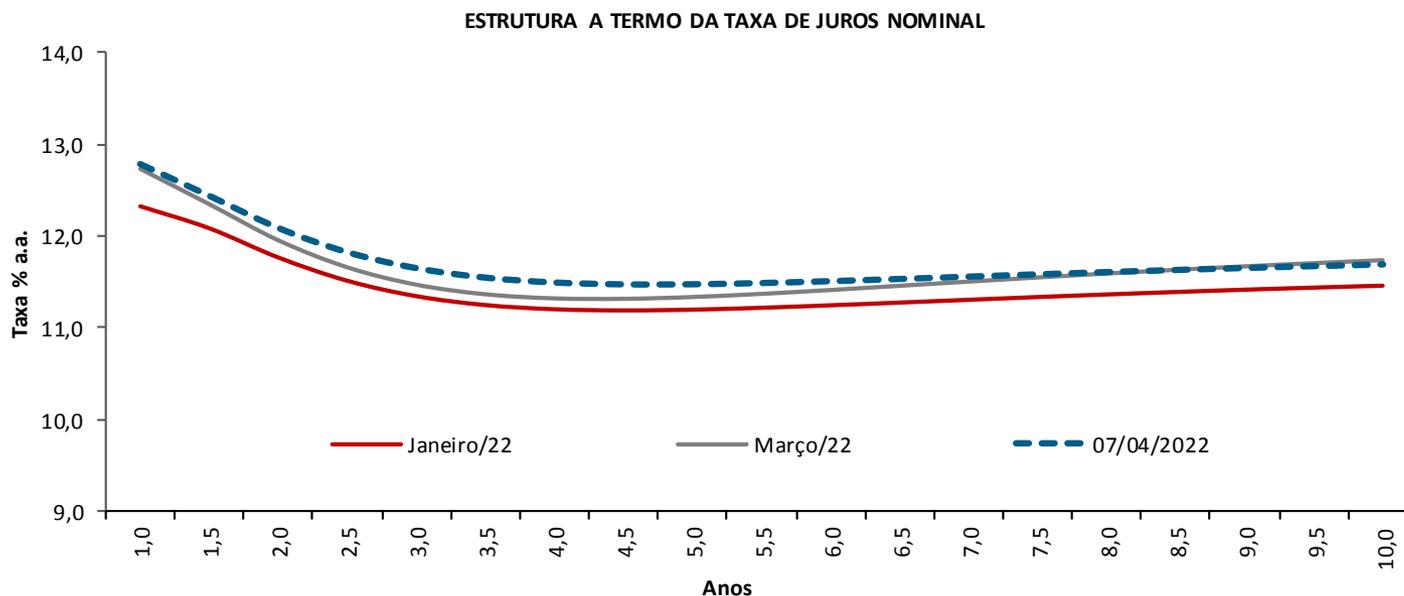
- Ainda segundo dados da PNAD Contínua, o rendimento médio real no trimestre encerrado em fevereiro recuou 8,8% na comparação com o mesmo período do ano anterior. A variação dos rendimentos do trabalho, em termos reais, persiste no terreno negativo em virtude da inflação e do enfraquecimento do reajuste nominal.
- Além da piora do poder de compra devido à inflação alta e persistente, o aumento mais concentrado das contratações em atividades de menor remuneração (efeito composição) também afeta negativamente a trajetória do rendimento médio. Já a massa de rendimentos do trabalho, indicador que combina a evolução da renda com o número de pessoas ocupadas, recuou 0,2% no trimestre encerrado em fevereiro de 2022 (em termos reais).



- A alta dos preços das commodities no mercado internacional, intensificada pelos desdobramentos do conflito no Leste Europeu, é um dos fatores que explica o quadro de novas pressões sobre a inflação. O gráfico ilustra a dinâmica do Índice de Commodities calculado pelo Banco Central (IC-Br), que representa uma média mensal dos preços das commodities relevantes para a dinâmica da inflação brasileira, agregando de forma ponderada indicadores relativos aos segmentos da agropecuária, metalurgia e energia. Em 12 meses até fevereiro de 2022, a alta do IC-Br foi de 47,6%.
- Como os preços das commodities estão em reais, o indicador capta também o impacto proveniente das variações na taxa de câmbio. A dinâmica recente de apreciação da taxa de câmbio (que passou de R\$ 5,60/ US\$ em dezembro de 2021 para R\$ 4,70/ US\$ no início de abril), explicada, em parte, pela elevação de preços de commodities e pelo aumento de investimentos estrangeiros proporcionados pelo aumento do diferencial entre as taxas de juros domésticas e internacionais, atenua apenas uma parte do efeito sobre os preços domésticos.

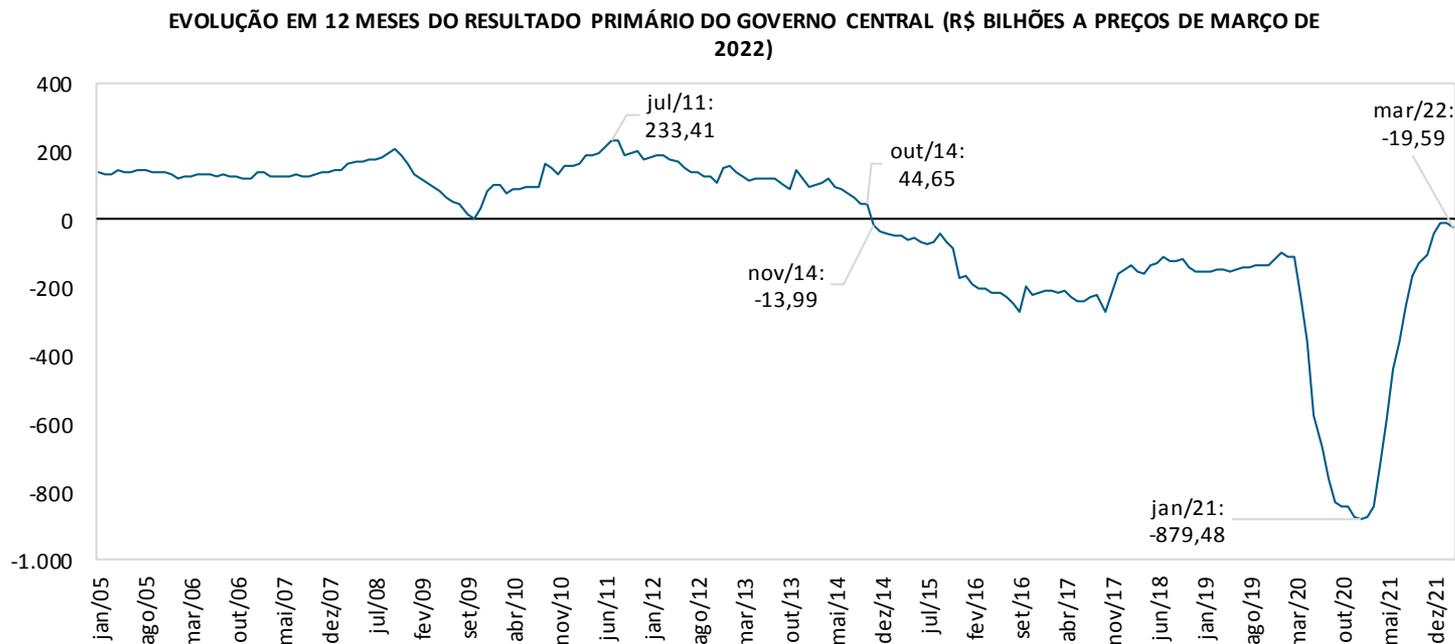


- O ciclo de alta de juros em curso e a manutenção de riscos relacionados às contas públicas afetam as condições de financiamento, com impactos potenciais adversos sobre a atividade econômica e a dinâmica do endividamento público.
- A remuneração de um título com prazo de um ano está em 12,7% em termos nominais. As taxas de juros nos horizontes mais longos (até 10 anos) estão ao redor de 11,6% durante todo o período (0,3 p.p. acima das condições observadas em janeiro).



Fonte: Anbima. Elaboração: IFI.

- Segundo informações levantadas pela IFI no Portal Siga Brasil, do Senado Federal, associadas aos dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no acumulado de 12 meses encerrados em março de 2022, o governo central deve ter apresentado deficit primário de R\$ 13,8 bilhões, em valores nominais. Esse resultado é maior que o deficit de R\$ 2,0 bilhões apurado em fevereiro.
- Considerando os dados deflacionados a preços de março de 2022, o deficit primário da União teria sido de R\$ 19,6 bilhões nos 12 meses encerrados em março.



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Siga Brasil. Elaboração: IFI.

- A melhora das receitas se sustenta na perspectiva de manutenção dos preços de commodities em níveis relativamente elevados e a inflação mais alta neste ano em relação à inicialmente projetada pelos economistas. A eclosão do conflito na Ucrânia provocará importante contração da oferta de algumas culturas agrícolas, como trigo e milho. Ainda que o conflito não se prolongue por muito mais tempo, a normalização da produção desses produtos na Rússia e na Ucrânia pode levar vários meses.
- Por outro lado, vale dizer que, em 2022, diferentemente do ano passado, a taxa de câmbio R\$/US\$ apresenta movimento de apreciação, o que tende a atenuar, em parte, os efeitos dos preços de commodities mais elevados sobre a inflação doméstica.

RECEITAS DO GOVERNO CENTRAL – 2020 A 2022 – JANEIRO A FEVEREIRO (R\$ BILHÕES CORRENTES, VAR. % REAL E % DO PIB)

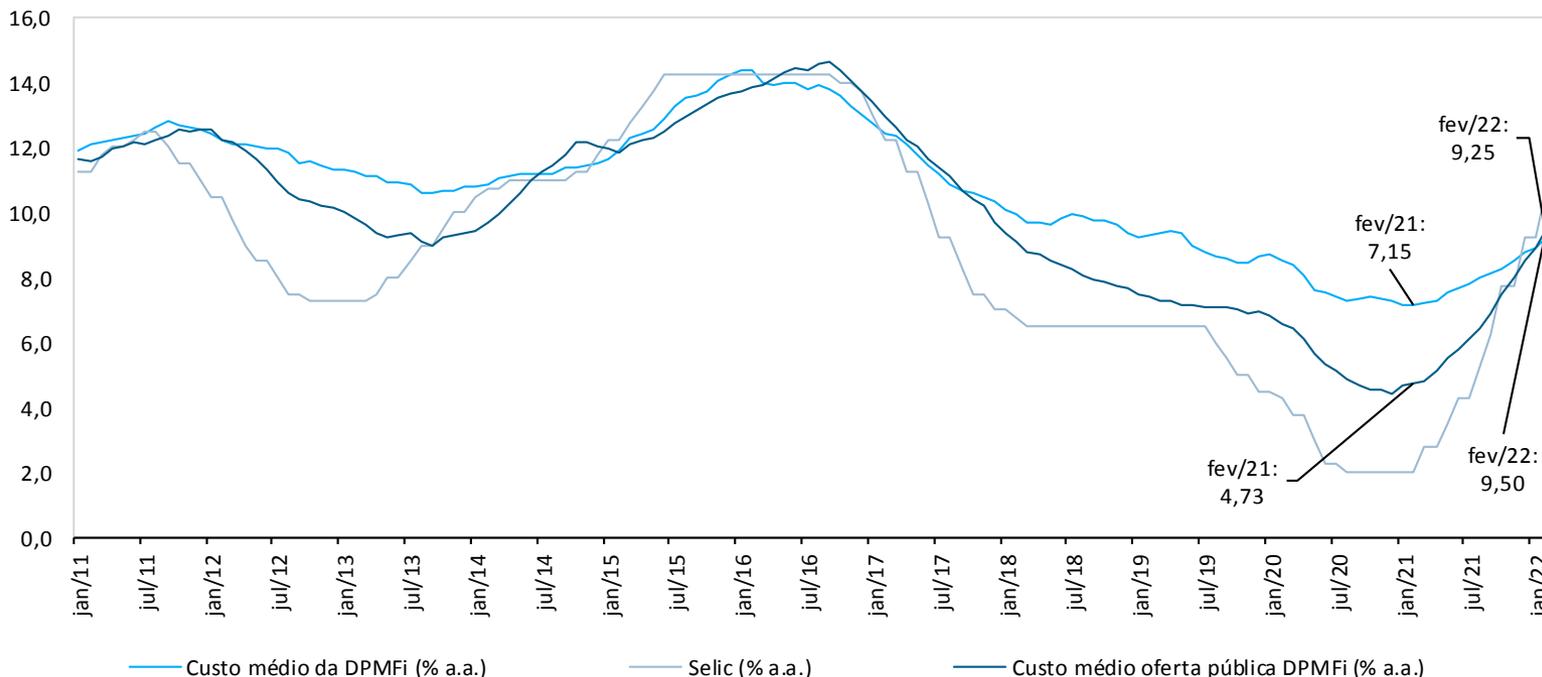
	Jan-Fev/20			Jan-Fev/21			Jan-Fev/22		
	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB
Receita total	289,9	1,1%	23,8%	311,9	2,7%	23,4%	401,4	16,5%	27,0%
<i>Receitas administradas, exceto RGPS</i>	192,3	1,1%	15,8%	211,4	4,9%	15,9%	261,5	12,0%	17,6%
<i>Incentivos fiscais</i>	0,0	-	0,0%	0,0	-	0,0%	0,0	-	0,0%
<i>Receitas do RGPS</i>	65,7	-1,3%	5,4%	67,6	-1,9%	5,1%	79,4	6,3%	5,3%
<i>Receitas não administradas</i>	31,9	5,9%	2,6%	32,9	-1,7%	2,5%	60,5	66,3%	4,1%
Transferências	55,7	0,5%	4,6%	61,0	4,4%	4,6%	81,6	21,2%	5,5%
Receita líquida	234,2	1,2%	19,2%	251,0	2,2%	18,8%	319,8	15,4%	21,5%
Receita total sem atipicidades*	284,8	2,0%	23,4%	303,5	1,7%	22,8%	362,7	8,2%	24,4%
Receita líquida sem atipicidades*	229,1	2,4%	18,8%	242,5	1,0%	18,2%	281,0	5,0%	18,9%
PIB (R\$ bi correntes)			1.218,4			1.331,8			1.485,9

* as atipicidades consideradas são apresentadas e descritas no EE da IFI n.º 17, de dezembro de 2021.

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: IFI.

- Altas adicionais esperadas para a Selic nos próximos meses sugerem que o custo médio da dívida vai continuar a subir. Além disso, o risco calculado pelos agentes econômicos na curva a termo de juros vai pressionar o custo médio da dívida, piorando o cenário prospectivo, recentemente beneficiado pela alta do PIB nominal, sob influência da inflação elevada.

CUSTO MÉDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (ESTOQUE E OFERTAS PÚBLICAS), ACUMULADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES (% AO ANO) E TAXA SELIC - META (% AO ANO)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

- As despesas primárias totais previstas para 2022 aumentaram de R\$ 1.720,3 bilhões (LOA) para R\$ 1.753,0 bilhões (1ª avaliação), isto é, um acréscimo de R\$ 32,7 bilhões. Do aumento observado na reavaliação das despesas, R\$ 23,8 bilhões (73% do aumento) se deram na rubrica “créditos extraordinários”. No relatório de avaliação das receitas e despesas primárias da União do primeiro bimestre, a justificativa para o aumento nos créditos extraordinários foi a incorporação da previsão de gastos com créditos reabertos e restos a pagar de créditos do ano passado.

COMPOSIÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO: LOA E AVALIAÇÃO DO 1º BIMESTRE (R\$ MILHÕES E %)

	LOA 2022	Avaliação 1º bimestre	Δ em R\$ milhões	Δ em %
I. RECEITA TOTAL	2.030.520	2.118.013	87.493	4,3%
I.1. Receita Administrada pela RFB (exceto RGPS)	1.288.902	1.285.723	-3.179	-0,2%
I.2. Incentivos Fiscais	-2	-116	-114	5700,0%
I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS	499.353	527.286	27.933	5,6%
I.4. Receitas Não Administradas pela RFB	242.267	305.120	62.853	25,9%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	386.401	431.927	45.526	11,8%
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	1.644.119	1.686.086	41.967	2,6%
IV. DESPESAS	1.720.286	1.752.991	32.705	1,9%
IV.1. Benefícios Previdenciários (1)	777.717	778.064	347	0,0%
IV.2. Pessoal e Encargos Sociais	336.102	338.551	2.449	0,7%
IV.3. Outras Desp. Obrigatórias	252.510	281.976	29.466	11,7%
IV.4. Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	353.956	354.402	446	0,1%
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	223.164	223.141	-23	0,0%
IV.4.2 Discricionárias	130.792	131.261	469	0,4%
V. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	-76.167	-66.906	9.261	-12,2%

Fonte: Relatório de avaliação de receitas e despesas primárias do primeiro bimestre. (1) inclusive COMPREV, sentenças judiciais e precatórios previdenciários. Elaboração: IFI.

- O teto de 2022 para a União foi fixado em R\$ 1.681,0 bilhões, R\$ 1.608,3 bilhões dos quais para o Poder Executivo, mas as despesas sujeitas ao limite constitucional, na avaliação do primeiro bimestre, mostram uma margem fiscal agregada de R\$ 1,3 bilhão e uma necessidade de ajuste de R\$ 1,7 bilhão para o Poder Executivo.
- A saber, a EC n.º 95, de 2016, que criou a regra do teto de gasto, definiu limites individualizados por Poder/órgão autônomo, sendo necessária a avaliação com base nessa segregação. Dessa forma, mesmo havendo margem fiscal no agregado, alguns Poderes podem apresentar, no decorrer do exercício, necessidade de ajuste. É o caso do Poder Executivo, que precisa contingenciar R\$ 1,7 bilhão para se adequar à regra do teto desse ano.

COMPOSIÇÃO DO TETO DE GASTOS (R\$ MILHÕES)

	BASE (2016)	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Total	1.222.161	1.310.157	1.348.806	1.399.387	1.459.700	1.525.679	1.680.993
I. Poder Executivo	1.169.294	1.253.483	1.290.460	1.338.853	1.396.557	1.459.682	1.608.277
II. Poder Legislativo	10.550	11.309	11.643	12.080	12.600	13.170	14.510
Câmara dos Deputados	5.067	5.432	5.592	5.802	6.052	6.326	6.970
Senado Federal	3.730	3.999	4.116	4.271	4.455	4.656	5.130
Tribunal de Contas da União	1.753	1.879	1.934	2.007	2.093	2.188	2.411
III. Poder Judiciário	36.314	38.929	40.077	41.580	43.372	45.332	49.947
Supremo Tribunal Federal	542	581	598	621	647	677	745
Superior Tribunal de Justiça	1.274	1.366	1.406	1.459	1.522	1.590	1.752
Justiça Federal	9.398	10.075	10.372	10.761	11.224	11.732	12.926
Justiça Militar da União	458	491	505	524	547	572	630
Justiça Eleitoral	6.193	6.639	6.834	7.091	7.396	7.731	8.518
Justiça do Trabalho	16.021	17.174	17.681	18.344	19.135	20.000	22.036
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2.263	2.426	2.498	2.592	2.703	2.825	3.113
Conselho Nacional de Justiça	166	177	183	190	198	207	228
IV. Defensoria Pública da União	460	493	507	526	549	574	632
V. Ministério Público da União	5.544	5.944	6.119	6.348	6.622	6.921	7.626
Ministério Público da União	5.474	5.868	6.041	6.268	6.538	6.833	7.529
Conselho Nacional do Ministério Público	70	75	78	81	84	88	97

Fonte: Tesouro Transparente. Elaboração: IFI.